FUNCIONARIO PÚBLICO — DIREITO ADQUIRIDO — REDUÇÃO DE VENCIMENTOS

— *A revogação de lei que majorou vencimentos, não retira o direito que já se incorporou ao patrimônio dos servidores por ela beneficiados.*

— *A redução de vencimentos só pode ocorrer quando a medida é de caráter geral.*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Euridina Ribeiro de Magalhães e outras *versus* Prefeitura do Distrito Federal
Apelação cível n.º 41.912 — Relator: Sr. Desembargador

FREDERICO SUSSEKIND

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação cível n.º 41.912, sendo apelantes, respectivamente apelados, o Juízo da 3.^a Vara da Fazenda Pública, Euridina Ribeiro de Magalhães e outras, e a Prefeitura do Distrito Federal:

Acordam os Juízes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, deferir os pedidos

de assistência formulados nesta instância e até a data do julgamento, e dar provimento ao 1.º e ao 9.º recursos, prejudicado o 10.º, para julgar procedente a ação nos termos da inicial, com exclusão, apenas, dos honorários de advogado, para assegurar às autoras e às assistentes, cujos títulos foram juntos aos autos, o direito aos vencimentos correspondentes ao padrão "O", com as alterações operadas ou que venham a ser operadas em seu va-

lor, e calculados os aumentos quinquêniais em função do seu montante, então de Cr\$ 8.400,00 e, atualmente, de Cr\$ 17.000,00, pagas pela ré os juros da mora e as custas.

Não há mais como discutir sobre a constitucionalidade da Lei municipal n.º 761, de 1952, admitida pela sentença recorrida, depois do pronunciamento sobre a sua constitucionalidade, pelo egrégio Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal Pleno do nosso Tribunal, ainda na sessão do dia 7 do corrente (arguição do mandado de segurança n.º 1.046).

Bem decidiu a sentença, inclusive com o elemento histórico de sua elaboração e da posterior Lei n.º 769, ser aplicável às professoras primárias municipais o disposto no art. 2.º, § 2.º, da Lei municipal n.º 761, de 1952, aplicação que esta Câmara tem concedido (acórdão no agravo de petição n.º 5.919), como, igualmente, o tem feito a 2.ª Câmara Cível (acórdão no mandado de segurança n.º 1.295).

Insiste a Prefeitura, com apoio no acórdão da 4.ª Câmara Cível (agravo de petição n.º 5.919), na sua não aplicação, mas sem razão. Como se mostrou a fls. 1.369, as impetrantes do mandado de segurança, julgado pela egrégia 4.ª Câmara Cível, embora invocando o § 2.º do art. 2.º da dita lei, não são professoras primárias, como as que pleiteiam nestes autos, mas técnicos de educação musical e artística, situadas no padrão "O", enquanto as professoras primárias, padrão "J", estão justamente pedindo a sua classificação no padrão "O", o que esse dispositivo lhes veio assegurar. De fato, dispõe ele: "Fica extensivo aos membros do magistério de qualquer grau e especialidade (inclusive professores e técnicos de educação musical e artística e demais técnicos de educação), bem como aos diretores de estabelecimentos de ensino e diretores de escola primária da Municipalidade, o disposto no § 1.º do art. 4.º da Lei n.º 567, de 12 de janeiro de 1951". Ora, a Lei n.º

761, fazendo remissão à Lei n.º 567, indica o benefício a ser dado, e a referida Lei n.º 567 dispõe que terão seus proventos reajustados, na base estabelecida pelo art. 4.º, que manda elevar o padrão de vencimentos ao padrão "O" com os respectivos quinquênios sobre esse padrão.

Em sua sentença, o ilustre Juiz em exercício na 3.ª Vara da Fazenda, mostra, ainda, que "basta que se atente ao documento de fls. 1.182, onde se encontra a emenda n.º 1, da qual resultou o § 2.º do art. 2.º da Lei n.º 761 ora em exame, para que se evidencie que o que o legislador quis dar e deu aos professores primários foi realmente o padrão "O". Da leitura atenta da justificação que acompanhou a emenda, resulta claro, irretorquível, que o legislador, recapitulando todas as leis concernentes ao magistério, e ressaltando que todos os componentes do magistério municipal, por leis várias haviam sido situados no padrão "O", exceção feita dos professores primários, igualar, quis enquadrar, todos os professores primários, digo, todos os professores, indistintamente, incluindo, portanto, os professores primários, num mesmo padrão de vencimentos, o padrão "O" (fls. 1.321).

E acrescenta a sentença: "O § 2.º da Lei n.º 761 (art. 2.º), foi revogado justamente porque se entendia que ele outorgara às professoras primárias o padrão "O". Única e exclusivamente por isso, surgiu o art. 13 da Lei n.º 769".

Essa tem sido também a interpretação desta Câmara, bastando citar o acórdão, relatado pelo Desembargador Osni Duarte Pereira e unânime na apelação cível n.º 36.183, desconhecendo a sua aplicação às ditas professoras, direito que a Lei posterior n.º 769 não mais lhes podia retirar, incorporado esse direito ao seu patrimônio desde que "O Poder Público instituiu a melhoria de remuneração, esta incorporou-se ao patrimônio do servidor", acrescentando: "O simples fato da Pre-

feitura não haver dado cumprimento imediato à Lei n.º 761, não atinge a situação jurídica do servidor. A revogação do diploma legal, instituindo benefício, não tem o efeito de cassar os vencimentos já acrescidos. Os funcionários não gozam, é fato, da irreduzibilidade, reservada aos magistrados, mas certo é que as diminuições só podem ocorrer como medida de caráter geral, ante o princípio constitucional, que manda proteger o direito adquirido”.

Os aumentos de vencimentos e de quinquênios, conferidos aos professores primários, também o foram aos em atividade, mesmo porque os dos aposentados obedecem aos dos em atividade (Leis municipais ns. 156, de 1943, e 708, de 1952), dentro do princípio constitucional, inclusive quanto à sua majoração, no caso de serem aumentados os dos em atividade, alteração decorrente do poder aquisitivo da moeda (art. 103). Se os vencimentos foram incorporados ao patrimônio das autoras e das assistentes, a sua redução (e nisso importaria a volta ao padrão “J”), só poderia se verificar por uma lei de caráter geral e uniforme, ou em relação a todos os servidores da mesma categoria ou da mesma classe, conforme têm decidido os tribunais, com apoio na doutrina. Assim, a Lei n.º 769, revogando o que dispunha a Lei n.º 761, não pode afetar o direito das

autoras e assistentes, *ex vi* do § 3.º do art. 141 da Constituição federal vigente.

Conforme a lição do ilustre Seabra Fagundes (parecer citado a fls. 1.041) “a revogação do § 2.º do art. 2.º da Lei n.º 761, pelo art. 13 da Lei n.º 769, não afeta a posição das impetrantes, e muito menos a dos suplicantes. Em vigor, por um dia que fôsse, o texto concessivo de vantagens, estas estariam incorporadas aos proventos mensais, dos beneficiários” (Constituição, art. 141, § 3.º). A revogação opera, somente, para o futuro e, pois, só alcança as situações daqueles professores que ainda não estavam, na data da Lei n.º 769, em condições de gozar as vantagens outorgadas pela Lei n.º 761.

Não são concedidos honorários aos advogados, por inexistência de culpa da ré, que deixou de cumprir o texto invocado, por uma interpretação que lhe pareceu acertada, texto controvertido entre os julgadores das Câmaras deste Tribunal.

Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1958. — *Frederico Sussekind*, Presidente e Relator. — *Osni Duarte Pereira*, Revisor. Foi também voto vencedor o do Desembargador Francisco de Paula Baldassarini. Em 11 de julho de 1958. — *Frederico Sussekind*. Ciente. Rio, 9 de setembro de 1958. — *Roberto Lira*, Procurador-Geral do Distrito Federal.